

PSICOLOGIA ATERRADA: UM CAMINHO ANTIRRACISTA DE CRÍTICA À COLONIALIDADE DA PSICOLOGIA BRASILEIRA

VIVIANE PEREIRA DA SILVA E ABRAHÃO DE OLIVEIRA SANTOS

PSICOLOGIA ATERRADA: UM CAMINHO ANTIRRACISTA DE CRÍTICA À COLONIALIDADE DA PSICOLOGIA BRASILEIRA

GROUNDING PSYCHOLOGY: AN ANTI-RACIST PATH OF CRITICISM OF THE COLONIALITY OF BRAZILIAN PSYCHOLOGY

VIVIANE PEREIRA DA SILVA¹

vps.vivianepereira@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-2613-5275>

ABRAHÃO DE OLIVEIRA SANTOS²

abrahaos@id.uff.br
<https://orcid.org/0000-0001-7741-3020>

Resumo

O debate sobre a colonialidade do conhecimento nas universidades brasileiras tem sido impulsionado por diferentes movimentos sociais, como os movimentos negros, indígenas, LGBTQIAPN+, entre outros. Preocupa-nos, no entanto, a possibilidade de que esse debate recue diante da problemática do racismo e fracasse em produzir mudanças reais nas estruturas de distribuição de poder e produção de conhecimento nas diversas áreas. Essa questão tem orientado as pesquisas que realizamos no Laboratório Kitembo, em que forjamos o conceito de psicologia aterrada como um recurso orientador de nossos estudos, comprometidos com as lutas ancestrais dos povos afro-pindorâmicos. Neste texto narramos os passos iniciais que nos levaram à formulação do conceito, destacando sua relação com a função que a terra tem para os povos tradicionais na manutenção da vida e construção do sentido de pertencimento. Articulamos também a criação do conceito com o processo de implementação da Política de Ações Afirmativas no Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal Fluminense, analisando as implicações ético-políticas da construção de uma psicologia antirracista. Destacamos ainda como aspectos entrelaçados e fundamentais a esse processo,

¹ Viviane Pereira da Silva é filha de Ogum e mulher de terreiro. Doutora pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal Fluminense (2021). Atua como pesquisadora, terapeuta e professora, buscando contribuir no combate ao epistemicídio dos saberes afroindígenas e na construção de uma psicologia antirracista e antipatriarcal.

² Docente do Instituto de Psicologia e do PPGPsi-UFF. Coordena o Kitembo – Laboratório de Estudos da Subjetividade e Cultura Afro-brasileira, onde trabalha em equipe na construção de uma psicologia aterrada, antirracista e contracolonial.

a ampliação do acesso dos povos afro-pindorâmicos aos espaços de poder e construção de conhecimento em psicologia, a inclusão de temas relacionados a esses grupos nas pesquisas produzidas no âmbito da graduação e da pós-graduação, e a diversificação de referenciais epistêmicos utilizados em nossos estudos.

Palavras-chave: Psicologia aterrada. Antirracismo. Colonialidade. Ações afirmativas. Formação em psicologia.

Abstract

The debate about the coloniality of knowledge in Brazilian universities has been driven by different social movements, such as black, indigenous, LGBTQIAPN+ movements, among others. We are concerned, however, that this debate retreats from the issue of racism and fails to produce real changes in the structures of power distribution and knowledge production in different areas. This question has guided the research we carry out at the Kitembo Laboratory, where we forged the concept of grounded psychology as a guiding resource for our studies, committed to the ancestral struggles of the Afropindoramic peoples. In this text we narrate the initial steps that led us to the formulation of the concept, highlighting its relationship with the role that land has for traditional people in maintaining life and building a sense of belonging. We also articulate the creation of the concept with the process of implementing the Affirmative Action Policy in the postgraduate program in Psychology at Universidade Federal Fluminense, analyzing the ethical-political implications of the construction of an anti-racist psychology. We also highlight as intertwined and fundamental aspects to this process, the expansion of access of Afropindoram peoples to spaces of power and construction of knowledge in psychology, the inclusion of themes related to these groups in research produced within the scope of undergraduate and postgraduate studies, and the diversification of epistemic references used in our studies.

Keywords: Grounded psychology. Antiracism. Coloniality. Affirmative actions. Training in psychology.

Introdução

Neste artigo trazemos um recorte do processo de construção do conceito de psicologia aterrada, que teve lugar entre 2015 e 2021, nas pesquisas realizadas no Laboratório Kitembo,³ evidenciando os passos iniciais de sua definição. Uma psicologia aterrada, como passamos a definir, é localizada no tempo e no espaço, condizente com a diversidade étnica e cultural que compõe a população brasileira, alinhada com nossa singularidade histórica e crítica à colonialidade que satura o campo acadêmico.

O elemento terra foi escolhido para compor esse conceito em função da multiplicidade de sentidos que ele articula. É da terra que brota a vida em toda sua exuberância vegetal, fornecendo alimento, remédio, ar fresco e elementos que compõem rituais de conexão com o sagrado – sem folha, não tem orixá: “Kò sí ewé, kò sí òrisà”.⁴ A terra também é via de conexão com a materialidade ligando, por meio dos pés, nosso corpo singular ao mundo, à totalidade imanente e sagrada da vida. Talvez seja mesmo por isso que, para habitar um lugar e nos sentir a ele pertencentes, precisamos de um pedaço de chão, de terra. É a terra, ainda, que recebe nosso corpo depois que concluímos nossa passagem por esta vida, sendo para os iniciados no candomblé imprescindível que o corpo a ela retorne, cumprindo a circularidade da existência.

Diz um itan⁵ que Olorum, o Supremo Criador, pediu aos orixás que apresentassem material adequado à criação do ser humano. Muitos materiais foram tentados, sem sucesso. Cogitaram a lama, mas nenhum orixá teve coragem de pegar dela um punhado, pois ela chorava diante de qualquer tentativa. Iku, a Morte, não teve pena da lama e não se inibiu

³ Kitembo – Laboratório de Estudos da Subjetividade e Cultura Afro-brasileira, coordenado pelo professor Abrahão de Oliveira Santos e inserido no Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal Fluminense (UFF).

⁴ Dito iorubá, frequentemente citado no âmbito do candomblé.

⁵ Itans são histórias que narram os feitos dos orixás e que foram transmitidas ao longo de muitas gerações, como um recurso da tradição oral iorubá de ensino dos valores da cultura e de como superar os desafios da vida.

com seu choro. Pegou dela um punhado, e Olorum teve sucesso em fazer da lama o ser humano. Olorum então encarregou Iku de pegar a lama para a produção da vida, mas sob a condição de que se comprometesse a sempre devolver a matéria à lama após a morte. Assim, é Iku quem devolve à Terra a porção de lama que lhe foi tirada, fazendo sua restituição (Santos, 1986).

A partir dessa lama ancestral são possíveis os renascimentos, os ciclos de vida e morte. A Lama e a Terra são elementos associados à família a que pertencem os orixás Obaluaê, o Rei da Terra, e Nanã, a lama ancestral. Essa família guarda os segredos dos processos de transmutação, dos ciclos de vida e morte, adoecimento e cura.

Para além de todo esse significado espiritual, não menos importante é o sentido histórico da terra, já que a colonização teve início com o roubo das terras dos povos originários de África e de Pindorama (Terra das Palmeiras) e o sequestro e escravização dos povos que as habitavam. Por isso e por todos os demais sentidos associados à terra, os povos afro-pindorâmicos⁶ a têm como elemento central em sua luta.

Seguindo essa lógica, uma psicologia aterrada visa conectar as(os) psicólogas(os) com a própria terra, com toda a história de luta que ela abriga. Essa conexão é necessária ao aprendizado de quebrar o feitiço da colonialidade, que nos impele ao eurocentrismo e à branquura, bem como de pensar as pessoas e as relações a partir dos paradigmas do individualismo e da transcendência metafísica. Precisamos aprender com a radical imanência da terra, com a sabedoria da terra, como nos mostra Abrahão Santos (2019, p. 164), ao relatar uma conversa com seu Tata:

⁶ Bispo dos Santos (2015) nos ensina que as denominações genéricas “índios” e “negros” foram impostas pelos colonizadores e que o ato de nomear povos e suas localidades, a despeito das nomenclaturas que eles mesmos utilizam na autorreferência, é um recurso de domesticação e desumanização. Pindorama é expressão tupi-guarani que significa Terra das Palmeiras e designa todos os territórios situados no que conhecemos hoje como América do Sul. Bispo propõe chamar de pindorâmicos os povos originários da América do Sul e seus descendentes e de afro-pindorâmicos os que formam a totalidade desses somados aos africanos trazidos escravizados para este continente americano e seus descendentes. Nego Bispo reconhece que, ainda assim, a nomenclatura é inapropriada, pois refere-se de forma genérica a uma grande diversidade de povos. Propõe, no entanto, seu uso como um exercício de descolonização do pensamento e da linguagem.

Recentemente meu pai de santo, tata Luazemi Roberto Braga, me disse: “o Candomblé é energia pura, filho”. “O que é essa energia, meu pai?” Aproveitei a oportunidade e perguntei. E ele: “Olhe isso aí em volta, a energia das folhas, da água, do bori”. Surpreendi-me, pois esperei a explicação de uma energia transcendente e impalpável. A energia espiritual, segundo tata Luazemi, encontra-se na seiva e no cheiro das folhas, na natureza, na água que vem da terra.

Abrindo os caminhos do conhecimento: um pedido a Nkosi

Movidos pela vontade de aprender com a radical imanência da terra, no Laboratório Kitembo compreendemos que pesquisar subjetividade e cultura afro-brasileira não era para nós uma escolha de tema ou objeto, mas a necessidade de buscar referências para a construção de um modo de pesquisar, de uma metodologia de pesquisa. Essa demanda surgiu quando percebemos que nosso compromisso em produzir uma psicologia que acolhesse as demandas das populações afro-pindorâmicas só teria chances de se efetivar se repensássemos o próprio modo de produzir conhecimento nessa área. De início, isso exigiu que questionássemos as metodologias de pesquisa de que dispúnhamos até então no campo da psicologia e trouxéssemos à cena a história do encontro entre os saberes acadêmicos e afro-pindorâmicos.

Esse exercício crítico nos colocou diante de um grande problema, pois a história desse encontro é marcada por processos de extermínio, dominação, apropriação e exploração, os quais certamente não tínhamos a intenção de reproduzir. Sabíamos, no entanto, que confiar em nossa intenção de não reproduzir mecanismos tão arraigados em nossa formação subjetiva não seria suficiente. Teríamos que realizar um trabalho permanente sobre nós mesmos, voltado para a transformação daquilo que em nós está colonizado e reproduz mecanismos de dominação. Era preciso que avançássemos nas críticas que vínhamos fazendo à colonialidade da psicologia e pudéssemos propor alternativas, possibilidades que nos levassem além da constatação de uma psicologia que não serve.

Essas eram as questões de pesquisa que nos mobilizavam no início de 2017. Para abrir nossos caminhos e propiciar uma produção acadêmica farta e útil à comunidade, endereçamos ritualisticamente a Nkosi⁷ o pedido de que nos orientasse na construção das ferramentas de que precisávamos. Com isso, adentramos intenso trabalho de forjar. Por um lado, a forja é incandescente, apaixonada e movida pelo fogo que transforma tudo. Por outro, exige paciência e determinação para sustentar os golpes ritmados e contínuos que vão moldando a ferramenta. Há aí o trabalho braçal, por vezes monótono, que dá consistência e consequência à potência inicial proporcionada pelo fogo, pelo ferro, pela produção da técnica. Isso nos proporciona o *nguzo* de Nkosi ou o *axé* de Ogum, como dizemos na matriz iorubana.

O ritual produziu efeitos no ato mesmo de sua feitura. Afinal, é incomum um grupo de pesquisa reconhecer a memória ancestral, chamá-la, lhe fazer oferendas e ativá-la como recurso de trabalho, de produção de conhecimento e intervenção no espaço acadêmico. Naquele momento não era para nós evidente, mas o ato ritualístico não acontecia fora do trabalho de pesquisa, mas dentro dele. Ao mesmo tempo que se destinava a operar uma transformação em nossa trajetória, constituía também um efeito dessa transformação. Após alguns avanços em nossos percursos de elaboração, pudemos reconhecer que ali nos ocorria uma nova metodologia de pesquisa acadêmica.

Um evento acadêmico e ancestral

Pouco tempo depois de feito nosso ritual a Nkosi, tivemos a ideia de realizar o III Encontro Kitembo.⁸ Organizamos esse evento com o

⁷ Nkosi é *nkisi* do ferro, energia do ferreiro, que zela pelo trabalho árduo e pelas tecnologias, conforme os saberes de matriz congo-angola.

⁸ O III Encontro Kitembo: Povos Afro-indígenas, Saberes Tradicionais e Pesquisa em Diálogo com a Universidade foi realizado na Universidade Federal Fluminense (UFF), *campus* Gragoatá, nos dias 9 e 10 de novembro de 2017. Em 11 de março de 2020, em meio a uma crise de múltiplas dimensões gerada pela pandemia da covid-19, tivemos a alegria de lançar, em evento *online*, *Saberes plurais e epistemologias aterradas: caminhos de pesquisa na psicologia e ciências humanas*, que reúne os debates realizados no evento. Estiveram presentes o professor Abrahão Santos, organizador do

objetivo de aprender com pesquisadores orgânicos sobre como nossos estudos poderiam contribuir com as lutas quilombola, indígena, das religiões de matriz africana e das favelas. Com a expressão pesquisadores orgânicos remetemos à diferenciação que Antônio Bispo dos Santos estabelece entre conhecimento sintético e orgânico. O primeiro dá sustentação à racionalidade capitalista da propriedade e a seu aparato socioinstitucional, valorizando o ter. O segundo dá sustentação à vida e se desenvolve na relação entre as pessoas e a natureza, priorizando o ser. Este é resolutivo, pois a vida não se desenrola apenas no mundo das ideias: exige ação (Bispo dos Santos, 2016).

Debatendo o livro de Nego Bispo (Bispo dos Santos, 2015) em uma de nossas reuniões de estudo, entendemos que a produção acadêmica hegemônica, afinada com o conhecimento sintético, exige que o pesquisador se afaste da comunidade e do trabalho braçal para se tornar um trabalhador intelectual. Já nas perspectivas dos saberes afro-pindorâmicos, afinadas à produção de conhecimento orgânico, temos o pertencimento à comunidade e o trabalho prático como bases para a construção de qualquer saber útil e válido. Como afirma Eduardo David Oliveira (2005, p. 277), tecendo uma filosofia da ancestralidade: “[sabedoria] é executar com maestria as ações que fazem bem à comunidade. Sabedoria não se reduz a conhecimento. Sabedoria é conhecimento vivenciado, ou seja, é uma experiência refletida e solidificada ao longo dos anos, daí a importância e a valorização dos anciãos e da ancestralidade”.

Isso ficou muito evidente nas falas de Nego Bispo, Capitão Potiguara, Hosana Santos, Guilherme, Bruno, Mc Garcia, Pai Roberto Braga, Mãe Arlene de Katende, Estela, Ricardo Moura, dona Nilza e Ekedí Maiah, no III Kitembo. Entre as diversas experiências narradas, um traço em comum: nenhum deles estava ali sozinho. Estavam ali com seu povo e por seu povo: um povo encarnado, que vive em suas comunidades de

livro, alguns dos autores, professores do Instituto de Psicologia da UFF, estudantes, entre outras pessoas. O livro pode ser acessado pelo link: <https://m.eduff.com.br/produto/saberes-plurais-e-epistemologias-aterradas-caminhos-de-pesquisa-na-psicologia-e-ciencias-humanas-e-book-epub-488>.

origem, e também um povo ancestral, que os protege e inspira. Suas falas, carregadas de memórias de lutas, de um modo de vida marcado pela ancestralidade, pelo pertencimento e pelo propósito, contagiaram a todos e nos levaram a reconhecer nossas próprias implicações e responsabilidades como pesquisadores.

Afirma Nego Bispo que uma pesquisa orgânica deve ser resolutive, produzindo efeitos que atendam aos interesses de todas as partes envolvidas. Nesse sentido, uma das perguntas que dirigimos aos convidados do evento foi “Como a universidade poderia contribuir na luta dos povos afro-pindorâmicos?”. Diante dessa questão, o líder indígena Capitão Potiguara (Bispo dos Santos, 2020) respondeu, de forma direta e precisa, que o que a universidade poderia fazer por seu povo era abrir espaço para que pudessem estar nela, pesquisando também.

Já Nego Bispo – que dividia a mesa de abertura do Encontro com Capitão Potiguara – comparando a universidade a uma grande chocadeira, afirmou que não era necessário destruí-la, mas sim “gorar os ovos dos monstrenços e colocar os nossos” (Bispo dos Santos, 2020). Monstrenços, nesse caso, são aqueles que alimentam o racismo, o epistemicídio, a exclusão dos não brancos desse espaço de produção de conhecimento e que fortalecem as relações coloniais de saber e poder a fim de garantir a continuidade dos próprios privilégios. Para reverter esse processo, muito terá que ser destruído.

Tais ensinamentos dialogam diretamente com as ações afirmativas, sua urgência e necessidade. Por um lado, povos indígenas, quilombolas e outros não brancos não precisam e não querem ser tutelados, uma vez que são os mais indicados para produzir um conhecimento que de fato atenda a suas necessidades. Por outro lado, é evidente que o modelo universitário, pautado na branquitude, reproduz violências e desigualdades, servindo para manter o *status quo*. As ações afirmativas, portanto, são uma via de rompimento desse ciclo vicioso de manutenção dos privilégios da branquitude, para a construção de uma

realidade mais justa e equânime. A esse respeito, já na década de 1950, Guerreiro Ramos (1995, p. 235) previa:

A tradição da brancura que ainda sobrevive, entre nós, terá de ser ultrapassada por outra tradição, tradição que estamos assistindo nascer e que representa novas condições objetivas da vida brasileira. Nos dias de hoje, a idealização da brancura, na sociedade brasileira, é sintoma de escassa integração social de seus elementos, é sintoma de que a consciência da espécie entre os que a compõem mal chegou a instituir-se. Este, porém, é um processo social normal que não poderá ser definitivamente obstaculizado. Apenas uma situação colonial temporária tem embaraçado este processo.

A ativação dessa “outra tradição” a que se refere o autor tem atualmente como caminho promissor a consolidação e expansão das políticas de ações afirmativas. No âmbito acadêmico, elas são estratégicas no combate ao racismo e ao epistemicídio. Por isso, à medida que no Laboratório Kitembo buscamos conduzir nossas pesquisas de maneira resolutiva, consideramos que promover sua implementação na pós-graduação é parte importante do trabalho.

Psicologia aterrada e políticas de ações afirmativas

O debate acerca da implementação das ações afirmativas no Programa de Pós-graduação em Psicologia da UFF (PPGP/UFF) teve início em função da portaria normativa n. 13 do MEC, de 11 de maio de 2016, que dispunha sobre a indução de políticas de ações afirmativas na pós-graduação, em todo o território nacional. Assim se iniciou um percurso de construção marcado por grandes tensionamentos, como os processos de redação dos editais de seleção das primeiras turmas com reserva de vagas do programa – ocorridos em 2016 (mestrado) e 2017 (doutorado) – e o subsequente debate sobre a reserva de bolsas para estudantes cotistas.

Apesar do posicionamento progressista de grande parte dos docentes que compunham o programa, em toda a trajetória de implementação das cotas o racismo se mostrou bastante presente. Mesmo que ninguém tenha afirmado ser contra as cotas, a rejeição a elas

se mostrava por meio de “dúvidas” sobre a pertinência das ações afirmativas, de projeções sobre o prejuízo que trariam para a qualidade da produção científica do programa e do medo de sua ocupação por negros, quilombolas, favelados e ribeirinhos (Cardoso, 2018). Em uma dessas reuniões, um professor chegou a colocar a preocupação de que poderia ter que dar aulas de português para os alunos cotistas e outro defendeu que só deveria fazer mestrado quem soubesse ler e escrever.

Para alguns docentes, havia a preocupação de que alunos e professores favoráveis às cotas tinham muita pressa na implementação das transformações reivindicadas e que isso poderia destruir o programa. Tal fantasia de aniquilamento parece ter origem no sentimento de “medo branco” da “onda negra” (Azevedo, 1987), desenvolvido ao longo de séculos de escravização, do qual fazia parte a estratégia de intensificar a repressão frente às permanentes e contínuas insurgências dos escravizados. A sensação de ameaça e o desejo de que esse processo ocorra “mais devagar” são indícios do lugar de enunciação desse tipo de fala: o lugar de um privilégio branco que se quer manter. Só quem se identifica com essa estrutura de exclusão pode ter medo de que ela venha a ruir. Quem por ela não é contemplado, por sua vez, tem justificada urgência de que mude. Afinal, trata-se de anseio que se estende por séculos, uma vez que as ações afirmativas têm o objetivo de reparação histórica em relação ao longo período de extermínio e escravização dos povos afro-pindorâmicos.

Apesar das dificuldades, graças à pressão e apoio de estudantes negros e não negros – em especial, da Ocupação Preta⁹–, foi aprovada a reserva de 50% das vagas para estudantes cotistas: 30% para pessoas negras, 10% para indígenas, 5% para transexuais e 5% para pessoas com deficiência.

⁹ Ocupação constituída por estudantes negros e negras de diversos cursos da UFF, no contexto das Ocupações Estudantis realizadas em âmbito nacional, em 2016, com o objetivo de protestar contra a PEC 241/55, que propunha o congelamento de investimentos no setor público por período de 20 anos. A Ocupação Preta foi organizada visando fomentar debates relevantes para a população negra naquele contexto, uma vez que esse segmento era muitas vezes silenciado em outros espaços.

Também se evidenciou nesse processo o fato de que a reserva de vagas é apenas um dos aspectos na implementação das ações afirmativas e que sua efetivação demanda uma série de outras transformações no modo de organização dos programas e nas relações cotidianas que neles se estabelecem. Ou seja, há muitas maneiras de “convidar” estudantes a se retirar da pós-graduação, mesmo que já tenham superado a barreira inicial do acesso. Nesse sentido, um importante desdobramento ocasionado pela implementação das ações afirmativas foi a reforma curricular do programa, ocorrida pouco tempo depois do início da primeira turma com reserva de vagas.

Os debates produzidos com a chegada de novos atores evidenciaram o eurocentrismo dos referenciais teóricos e conceituais até então utilizados, o que gerou a demanda por sua redefinição. A questão foi debatida nas reuniões colegiadas, culminando na inclusão na bibliografia comum do curso de autores negros, negras e feministas críticas às estruturas hegemônicas de produção de conhecimento. Essa foi mais uma importante conquista desse processo – no entanto, para tirar o melhor proveito desse acontecimento e converter essa potência de transformação em novos modos de construção de conhecimento em psicologia que sejam mais justos, equânimes e não sirvam de alicerce a lugares históricos de privilégio, temos que levar a fundo essa empreitada, ultrapassando o plano dos autores e pensamentos.

Engajamento antirracista para uma crítica à colonialidade não metafísica

Nos últimos anos, em âmbito nacional e internacional, temos vivido um momento fértil no que tange ao debate sobre a colonialidade em diversos campos do conhecimento, entre os quais a psicologia. Em função das especificidades sócio-históricas do Brasil, no entanto, operar a racialização do debate sobre a colonialidade é imprescindível, sob o risco de cair facilmente em uma crítica metafísica, sem ambições de

mudanças reais na estrutura de distribuição dos privilégios e violências institucionais.

Nesse sentido, ressaltamos três formas de expressão do racismo na psicologia que podem ser observadas atualmente. Em primeiro lugar, ele se evidencia na obstaculização do acesso dos povos afro-pindorâmicos a lugares institucionais de poder e produção de conhecimento na área, a começar pelos cursos de graduação e pós-graduação. Em segundo lugar, o racismo pode também ser observado no âmbito das temáticas abordadas nas pesquisas, que têm por finalidade produzir conhecimentos que respaldam nossa atuação profissional. Tais estudos raramente abordam a temática do racismo e seus impactos na produção de saúde/doença da população brasileira, ao mesmo tempo que se afinam com o mito da democracia racial, ao negar a importância do racismo como determinante da saúde e das condições de vida. Por fim, destacamos uma terceira face do racismo na psicologia brasileira, expressa no epistemicídio dos conhecimentos e práticas de cura afro-pindorâmicas. Com isso, tais conhecimentos foram excluídos do escopo de matrizes culturais a partir das quais se formula o conhecimento psicológico, que acabou tendo apenas o referencial eurocêntrico como norteador da sua produção. Assim se instaura o “bloqueio cognitivo do brasileiro de pensar a si mesmo” (Santos, Oliveira, 2021).

Nesse sentido, a construção da psicologia aterrada que defendemos exige o enfrentamento do racismo estruturante do campo acadêmico no que tange aos três aspectos ressaltados: acesso, temáticas e referenciais epistêmicos. Esse caminho propõe a conexão da psicologia com as condições sócio-históricas de constituição da sociedade brasileira, bem como com sua própria implicação ao se constituir nesse contexto. Ressaltamos que essa divisão tem apenas finalidade didática, já que os pontos mencionados atuam conjuntamente, fortalecendo-se em uma mesma engrenagem racista.

Isso é demonstrado, por exemplo, a partir da experiência vivenciada no PPGP/UFRJ, no qual a entrada de um número maior de

estudantes negros e negras, a partir das ações afirmativas, vem fortalecendo uma produção de conhecimento de perspectiva antirracista. A chegada de estudantes cotistas desencadeou questionamentos acerca dos referenciais bibliográficos adotados, que culminaram na reforma curricular do curso. Ao mesmo tempo, todo esse movimento tem possibilitado também a pesquisa de temas diretamente relacionados a subjetividades negras, a partir de suas próprias vivências e perspectivas.

Por um lado, esse encadeamento de acontecimentos demonstra a relação intrínseca entre os diferentes aspectos do racismo no meio acadêmico. Por outro, demonstra a efetividade e necessidade das políticas de ações afirmativas que, ao possibilitar o acesso de grupos historicamente excluídos a esse campo, geram impactos sensíveis e imediatos no conhecimento produzido e, conseqüentemente, no aprimoramento da prática profissional.

Racismo como problemática ético-política no campo da psicologia brasileira

No Laboratório Kitembo pudemos verificar o racismo estrutural que permeia a psicologia brasileira mediante pesquisa em periódicos acadêmicos publicados anteriormente à portaria normativa n. 13 do MEC, de 11 de maio de 2016, que determinou as cotas na pós-graduação. O objetivo do estudo era saber qual a prevalência da temática das relações raciais e de questões relacionadas à população negra nesses meios de divulgação científica. As categorias de análise utilizadas para classificar os artigos encontrados foram três: 1. os que abordam a população negra e problematizam as relações raciais; 2. os que abordam a população negra e não problematizam as relações raciais – como aqueles que tratam de temas relacionados a saúde pública, encarceramento, jovens em conflito com a lei, educação pública, entre outros que afetam diretamente a população negra, mas, ainda assim, não trazem à

discussão a problemática racial; 3. os que não abordam a população negra nem problematizam as relações raciais.

A primeira etapa da pesquisa abrangeu os periódicos Qualis A1 e A2, publicados entre 2010 e 2015, totalizando 15 revistas e 749 artigos analisados. A segunda etapa abrangeu as publicações Qualis B1, B2 e B3 de 2015, totalizando 25 revistas e 468 artigos analisados. A distribuição percentual dos artigos nas três categorias analisadas foi bastante próxima em ambas as etapas, o que nos mostra que não há diferenças significativas em relação a tais categorias nas publicações Qualis A e B. Os percentuais encontrados foram, respectivamente, nas A1/A2 e B1/B2/B3: artigos que abordam a população negra e problematizam as relações raciais: 1,5% e 1,3%; artigos que abordam a população negra e não problematizam as relações raciais: 7,1% e 6,6%; artigos que não abordam a população negra nem problematizam as relações raciais: 91,4% e 92,1% (Santos, Oliveira, 2020).

A partir desses dados, podemos concluir que menos de 10% dos artigos publicados nos periódicos de psicologia considerados mais relevantes pelo meio acadêmico, no período indicado, se dedicaram à população negra ou a questões a ela relacionadas. Isso mostra um campo científico indiferente às especificidades da saúde mental da população negra e leva os autores a concluir que “A produção técnico-científica do apagamento da questão racial e do protagonismo negro na nossa história e, portanto, da própria formação social brasileira em sua complexidade, tem total amparo da academia, comprovadamente branca” (Santos, Oliveira, 2020, p. 14).

A atual versão do código de ética profissional que orienta psicólogas e psicólogos brasileiros, publicada em 2005, traz como princípios fundamentais os seguintes pontos:

I. O psicólogo baseará o seu trabalho no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

II. O psicólogo trabalhará visando promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá

para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

III. O psicólogo atuará com responsabilidade social, analisando crítica e historicamente a realidade política, econômica, social e cultural. (...)

VII. O psicólogo considerará as relações de poder nos contextos em que atua e os impactos dessas relações sobre as suas atividades profissionais, posicionando-se de forma crítica e em consonância com os demais princípios deste Código (CFP, 2005, p. 7).

Considerando os resultados dessa pesquisa, cabe perguntar: como poderia a(o) psicóloga(o) escutar e acolher verdadeiramente os sofrimentos, conflitos e singularidades das pessoas de que cuida, ou mesmo combater desigualdades e violências, ter compreensão histórica desses processos e agir com responsabilidade social, como determina nosso Código de Ética, se não se implica em relação à problemática das relações raciais? Ou, ainda, no que tange especificamente ao cuidado oferecido à população negra, cabe a questão primordial colocada pela professora Luiza Oliveira:¹⁰ “Que pode a psicologia fazer diante da população negra, se nem nome para falar dos danos do racismo nós temos?” Esses questionamentos nos dão dimensão da gravidade do problema ético, político e teórico-conceitual que precisamos enfrentar.

Importante ressaltar ainda que o fato de a psicologia, de modo geral, não denunciar ou combater o racismo estrutural em nossa sociedade não significa que esteja neutra em relação à problemática das relações raciais. Muito pelo contrário, esse posicionamento demonstra seu engajamento histórico no fortalecimento desse mecanismo de opressão.

Segundo Santos, Schucman e Martins (2012), a formação do pensamento psicológico brasileiro remonta ao final do século XIX, portanto, a um período bem anterior à regulamentação da profissão no país, só ocorrida em 1962. A gênese desse pensamento estaria no modelo médico-psicológico de base eugenista, que ganhou força no Brasil no final do século XIX. A partir de 1930, afirmam os autores, se fortaleceria uma perspectiva sociocultural das diferenças, crítica ao modelo

¹⁰ Fala proferida como professora examinadora na banca de qualificação de Ayana Sisi (Nathalia Nascimento), realizada em 17 abr. 2020.

determinista biológico eugenista. Apesar de deslocar o foco da biologia para a cultura, esse novo modelo mantém a relação de hierarquia evolutiva entre brancos e negros, pressupondo estes últimos como seres humanos primitivos e inferiores. Por fim, desde 1990 até os tempos atuais, ganha força no âmbito da psicologia uma perspectiva relacional de estudo do racismo, em que não apenas a negritude é problematizada, mas também a branquitude. Este período é marcado pela evidenciação dos privilégios da branquitude e pelos debates e ações voltados para a promoção da igualdade étnico-racial (Santos, Shucman, Martins, 2012).

Esse percurso evolutivo evidencia a filiação da psicologia a perspectivas racistas, a fim de se fortalecer como ciência e profissão a partir da resposta às demandas das elites e dos governantes por mecanismos de controle da população. O ponto de virada nessa trajetória se configura nos estudos da branquitude, em que a tomada da problemática por um viés relacional sinaliza a condição racializada também da população branca e ressalta a dinâmica de privilégios que lhe são garantidos pela manutenção das desigualdades raciais.

Outro marco institucional importante na construção de uma psicologia brasileira antirracista tem sido o posicionamento do Sistema Conselhos de Psicologia sobre essa temática, nas duas últimas décadas. Esse movimento foi oficialmente iniciado em 2002, pela campanha Preconceito racial humilha, humilhação social faz sofrer, lançada pela Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia (CFP). Essa campanha foi pioneira ao propor, no âmbito do Sistema Conselhos, uma discussão acerca do racismo e das implicações da psicologia na sua produção e reprodução. O debate e a criação de conteúdos sobre o tema foram incentivados por publicações diversas e criação de grupos de trabalho e comissões específicas nos conselhos regionais de diferentes estados (CFP, 2017).

Em entrevista sobre a referida campanha, Marcus Vinicius de Oliveira Silva, então presidente da Comissão de Direitos Humanos do CFP, afirma que a psicologia é disciplina que se omitiu quanto ao enfrentamento do racismo em nossa sociedade, sendo por isso cúmplice

do mito da democracia racial. Por isso, seria seu dever resgatar essa responsabilidade, essa dívida para com os afrodescendentes do país. Sendo assim, o objetivo principal da campanha seria sensibilizar os próprios profissionais de psicologia para essa omissão (CRP/SP, 2002).

Na mesma entrevista, Edna Roland – psicóloga, presidente da organização Fala, Preta! e membro da Comissão de Direitos Humanos do CFP na época do lançamento da campanha – alertou que não seria correto afirmar que a psicologia “se omitiu” do debate racial no país, pois isso poderia transmitir a impressão enganosa de que ela se manteve neutra, quando, na verdade, participou ativamente desse debate, contribuindo para o fortalecimento dos mecanismos racistas em nossa sociedade (CRP/SP, 2002).

O movimento iniciado em 2002 pela referida campanha tem reverberado nas últimas décadas, fortalecendo e respaldando o debate sobre psicologia e relações raciais em todo o Brasil. Neste percurso, alguns acontecimentos de destaque são: a resolução n. 18/2002, que estabelece normas de atuação para as(os) psicólogas(os) em relação ao preconceito e à discriminação racial; a elaboração do terceiro Código de Ética (CFP, 2005) da categoria, em que o debate sobre relações raciais se encontra presente como pauta relacionada aos direitos humanos; e o apoio do Sistema Conselhos na realização do I Encontro Nacional de Psicólogas(os) Negras(os) e Pesquisadoras(es) sobre Relações Raciais e Subjetividades, ocorrido em outubro de 2010 e organizado por pesquisadores da temática racial e ativistas do Movimento Negro (CFP, 2017).

Apesar dessas importantes iniciativas do Sistema Conselhos, realizadas ao longo das duas últimas décadas, o próprio CFP reconhece quão tardio foi seu posicionamento:

Por assim dizer, o Sistema Conselhos demorou a abraçar a causa. Se, nos anos 1970 e 1980, engajou-se no Movimento de Reforma Sanitária, nos anos de 1980 e 1990, no Movimento da Reforma Psiquiátrica e Luta Antimanicomial e nos anos 1990 instituiu o compromisso social da Psicologia e criou a Comissão de Direitos Humanos no CFP e nos CRPs, foi

Da indissociabilidade entre psicologia, racismo e saúde mental

No prefácio ao livro *Psicologia social do racismo*, o antropólogo e professor brasileiro-congolês Kabengele Munanga (2016) afirma que o preconceito racial é um fenômeno de grande complexidade, que pode ser comparado a um *iceberg*: a parte visível corresponderia às manifestações de preconceito observadas nos comportamentos individuais, e a parte maior e submersa corresponderia aos preconceitos não manifestos, presentes nos pensamentos e sentimentos, e a suas consequências na estrutura psíquica das pessoas. Por isso, considera que a psicologia seria a ciência mais indicada para se ocupar dos fenômenos psíquicos gerados pelo racismo e do sofrimento que acarretam. Apesar disso, afirma ele, é notório e surpreendente o pouco espaço que a psicologia no Brasil tem reservado a esses estudos, sobretudo nestes tempos de globalização, “que por toda parte provoca movimentos de afirmação de identidades, contrariamente aos mecanismos de homogeneização ditados pela mundialização do mercado do capital, das técnicas e meios de comunicação de massas” (Munanga, 2016, p. 12).

Em direção semelhante, a líder espiritual e educadora Makota Valdina (Pinto, 2014) afirma que o racismo é uma doença que está na base de constituição de nossa sociedade, contribuindo para a naturalização das desigualdades extremas que a caracterizam e para o genocídio da população negra. Ressalta ainda que essa doença não prejudicaria apenas as pessoas negras, mas toda a sociedade já que, na perspectiva banto, o problema de uma pessoa afeta toda a sua comunidade. Trata-se de uma perspectiva em que a comunidade é a menor parte social, não havendo ninguém que esteja dela isolado ou independente. Sendo assim, uma doença que acarreta condições adversas de vida e intenso sofrimento a mais da metade da população brasileira, certamente prejudica todos nós. Makota Valdina chama

atenção para a necessidade de que a psicologia atente para essa doença que temos produzido.

Em *Pele negra, máscaras brancas*, o psiquiatra martinicano Franz Fanon (2008) descreve como se dá o tagarelar do racismo estrutural internalizado na experiência subjetiva da pessoa negra, sempre aprisionada em narrativas históricas de submissão e carência, pelos estereótipos de escravo, pobre, delinquente, incivilizado, hipersexualizado, entre outros. Acerca do trabalho clínico relacionado às vivências de racismo, Fanon ressalta que seu manejo deve considerar a sociogênese da problemática racial, ou seja, as condições materiais de sua produção e as formas práticas de seu enfrentamento. O trabalho terapêutico deve se desenvolver no sentido de evidenciar as estruturas opressivas ao paciente e apontar-lhe as possibilidades de seu enfrentamento.

Nesse sentido faz crítica à clínica de tendência intimista, que trata o sofrimento mental como resultado de disfunção individual, a ser modulada no trabalho terapêutico. Mais especificamente, sua crítica se dirige a uma perspectiva que considera o sentimento de inferioridade frequentemente vivenciado pelas pessoas negras resultado de uma constituição subjetiva que lhes seria inerente. Ao contrário, ele afirma que essa inferioridade é socialmente produzida e internalizada pelas pessoas negras.

Só há complexo de inferioridade após um duplo processo: inicialmente econômico; em seguida pela interiorização, ou melhor, pela epidermização dessa inferioridade.... Veremos que a alienação do negro não é apenas uma questão individual. Ao lado da filogenia e da ontogenia, há a sociogenia (Fanon, 2008, p. 28).

A partir das considerações de Fanon, podemos afirmar que é imprescindível que pautemos as relações raciais onde quer que estejamos atuando e que não tratemos vivências de racismo como situações isoladas, mas como uma problemática que diz respeito às coletividades e à sociedade como um todo. Esta é uma orientação que

também consta no documento Relações raciais – referências técnicas para a atuação de psicólogas(os) (CFP. 2017, p. 17-18):

À Psicologia cabe contribuir para o desmantelamento dessa modalidade de dominação. Cabe ao Sistema Conselhos, aos sindicatos da categoria, às universidades de Psicologia e às(aos) psicólogas(os) ajudar a pensá-la, a denunciá-la e a colaborar com o desvelamento de mecanismos sociais e subjetivos que a legitimam, o que exige a realização de ações em diferentes âmbitos, todos os possíveis. São práticas a serem realizadas no campo e na cidade, na rua e nos serviços públicos (jurídico, de saúde, de educação, de cultura, de trabalho etc.), no consultório particular, na pesquisa e ao lado do Movimento Negro.

Conclusão

A difusão do debate sobre a colonialidade do conhecimento, no âmbito das mais diversas disciplinas acadêmicas, é uma boa notícia. Afinal, até bem pouco tempo atrás, era praticamente consensual a naturalização de que o conhecimento científico brasileiro poderia se constituir a partir de referenciais exclusivamente europeus e norte-americanos.

Nos preocupa, no entanto, o fato de que essa crítica importante seja feita de maneira “superficial” e recue diante da problemática estrutural do racismo, tão fundamental para nossa compreensão das relações de saber e poder que se instituíram em nossa sociedade. A colonialidade e o racismo fazem parte de uma mesma engrenagem de domínio, extermínio e exploração. A rigor, qualquer tentativa de trabalhar um aspecto sem o outro está fadada ao fracasso no que tange à possibilidade de desmonte de tal engrenagem.

A partir das pesquisas realizadas nos periódicos da área e da experiência vivenciada ao longo do processo de debate e implementação das ações afirmativas no PPGP/UFRJ, pudemos ressaltar pelo menos três campos de ação que devem ser contemplados no trabalho de construção de uma psicologia antirracista. O primeiro deles é garantir o acesso dos povos afro-pindorâmicos a espaços de poder e construção de conhecimento em psicologia. O segundo é a inclusão de

temas relacionados a esses grupos nas pesquisas produzidas no âmbito da graduação e da pós-graduação. O terceiro é a diversificação dos referenciais epistêmicos utilizados na compreensão dos problemas e construção de ferramentas de trabalho no campo psi, que deve passar a incorporar fontes oriundas de matrizes culturais afro-pindorâmicas.

Esses são elementos necessários à construção de uma psicologia aterrada que, em síntese, deve ser orgânica (favorecedora da expansão da vida), resolutiva (contemplando os interesses de todas as partes envolvidas), comprometida com a luta ancestral dos povos afro-pindorâmicos e localizada no tempo histórico e no espaço geográfico.

Referências

AZEVEDO, Cecília Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites – século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BISPO DOS SANTOS, Antônio. Fazer um retorno: contribuição ao caminho de pesquisa. In: SANTOS, Abrahão de Oliveira (org.). *Saberes plurais e epistemologias aterradas: caminhos de pesquisa na psicologia e ciências humanas*. Niterói: Eduff, 2020, p.37-42. Disponível em: <https://m.eduff.com.br/produto/saberes-plurais-e-epistemologias-aterradas-caminhos-de-pesquisa-na-psicologia-e-ciencias-humanas-e-book-epub-488>. Acesso em 21 jun. 2021.

BISPO DOS SANTOS, Antônio. *Roda de conversa com o mestre quilombola Antônio Bispo dos Santos*, 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=39WbYFO5Oo&t=598s>. Acesso em 14 nov. 2017.

BISPO DOS SANTOS, Antônio. *Colonização, quilombos: modos e significações*. Brasília: Editora UnB, 2015.

CARDOSO, Áurea Alves. *Um rio de memórias, experiências e vivências: guerrilha do Araguaia*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

CFP, Conselho Federal de Psicologia. *Relações raciais: referências técnicas para atuação de psicólogas(os)*. Brasília: CFP, 2017.

CFP, Conselho Federal de Psicologia. *Código de ética profissional do psicólogo*. Brasília, 2005. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>. Acesso em 25 set. 2019.

CRP/SP, Conselho Regional de Psicologia/São Paulo. *Preconceito racial humilha, humilhação social faz sofrer*. Programa Diversidade 22. São Paulo, 2002. Disponível em: <https://www.crsp.org/midia/videos/254?tema=13&page=5>. Acesso em 13 abr. 2021.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: Edufba, 2008 [1952].

MUNANGA, Kabengele. Prefácio. In: BENTO, Maria Aparecida Silva; CARONE, Iray (orgs.). *Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2016, p.11-14.

OLIVEIRA, Eduardo David de. *Filosofia da ancestralidade: corpo e mito na filosofia da educação brasileira*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.

PINTO, Valdina Oliveira (Makota Valdina). *A saúde no terreiro (Palestra)*. Mesa: Ancestralidade e cuidar no terreiro. I Encontro de Subjetividade e Cultura Afro-brasileira – Ancestralidade, cultura e práticas de cuidar nos terreiros. Realização Kitembo (Laboratório de estudos sobre subjetividade e cultura afro-brasileira), 4 out. 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=j1I48SvCC7s>. Acesso em 2 set. 2019.

RAMOS, Alberto Guerreiro. *Patologia social do “branco” brasileiro*. In: RAMOS, Alberto Guerreiro. *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1995.

SANTOS, Abrahão de Oliveira. *O enegrecimento da psicologia: indicações para a formação profissional*. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, v. 39 (n. esp.), p. 159-171, 2019.

SANTOS, Abrahão de Oliveira; OLIVEIRA, Luiza. *O bloqueio epistemológico no Brasil*. *Revista Espaço Acadêmico*, v. 20, n. 227, p. 250-260, mar.-abr. 2021.

SANTOS, Abrahão de Oliveira; OLIVEIRA, Luiza. Publicações nas revistas de psicologia e as relações raciais. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, Rio de Janeiro, v.72, 2020.

SANTOS, Alessandro de Oliveira dos; SHUCMAN, Lia Vainer; MARTINS, Hildeberto Vieira. Breve histórico do pensamento psicológico brasileiro sobre relações étnico-raciais. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, n. 32 (n. esp.), p. 166-175, 2012.

SANTOS, Juana Elbein dos. *Os nagô e a morte – padê, àsèsè e o culto Ègun na Bahia*. Petrópolis: Vozes: 1986.

Recebido em: 29 de março de 2024

Aceito em: 23 de julho de 2024